



1952- 2022: 70 anos Revolução Boliviana

Joallan Cardim Rocha¹

Resumo

Um consenso unifica o imaginário social e intelectual boliviano há sete décadas, a interpretação da Revolução Nacional de 1952 como o acontecimento político mais importante da sua história ao longo do século XX. Uma espécie de momento constitutivo, cujas consequências e impactos marcaram a Bolívia por um longo período. As conquistas da Revolução Nacional de 1952 sobrevivem no imaginário coletivo boliviano como uma experiência radical de incursão das classes populares na vida política e nos destinos do país. Entretanto, as leituras acerca do seu significado ainda mobilizam abordagens e interpretações distintas, e, até mesmo, contrapostas. Apesar de reivindicada por diferentes setores sociais e atores políticos na atualidade, o legado e a memória da “Revolução Nacional de 1952” constitui um lugar de disputa política e teórica. Mas, os desafios de transformação da sociedade boliviana colocados pela “Revolução” há 70 anos mantêm-se vivos e mobilizam os projetos políticos de transformação da Bolívia nas primeiras décadas século XXI. Este artigo procura mapear as diferentes fases da Revolução Nacional abordando os seus antecedentes históricos, as causas estruturais e conjunturais que permitiram o triunfo da insurreição popular em abril de 1952, a chegada do Movimento Nacionalista Revolucionário ao poder e os processos de institucionalização e declínio da Revolução.

Palavras chave: Bolívia, Revolução, Institucionalização.

1952- 2022: 70 años de la Revolución Boliviana

Resumen

Un consenso unifica el imaginario social e intelectual boliviano desde hace siete décadas, la interpretación de la Revolución Nacional de 1952 como el acontecimiento político más importante de su historia a lo largo del siglo XX. Una especie de momento constitutivo, cuyas consecuencias e impactos marcaron a Bolivia durante mucho tiempo. Los logros de la Revolución Nacional de 1952 sobreviven en el imaginario colectivo boliviano como una experiencia radical de la incursión de las clases populares en la vida política y el destino del país. Sin embargo, las lecturas sobre su significado aún movilizan enfoques e interpretaciones diferentes, e incluso opuestas. A pesar de ser reivindicado hoy por diferentes sectores sociales y actores políticos, el legado y la memoria de la “Revolución Nacional de 1952” constituye un lugar de disputa política y teórica. Pero los desafíos de transformación de la sociedad boliviana que planteó la “Revolución” hace 70 años siguen vivos y movilizan los proyectos políticos para la transformación de Bolivia en las primeras décadas del siglo XXI. Este artículo busca mapear las distintas fases de la Revolución Nacional, abordando sus antecedentes históricos, las causas estructurales y coyunturales que permitieron el triunfo de

¹ Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de Sociologia do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Email: joallanrocha@hotmail.com.

la insurrección popular en abril de 1952, el ascenso al poder del Movimiento Nacionalista Revolucionario y los procesos de institucionalización y ocaso de la Revolución.

Palabras clave: Bolivia, Revolución, Institucionalización.

1952 - 2022: 70 years Bolivian Revolution

Summary

A consensus has unified the Bolivian social and intellectual imagination for seven decades, the interpretation of the National Revolution of 1952 as the most important political event in its history throughout the 20th century. A kind of constitutive moment, whose consequences and impacts marked Bolivia for a long time. The achievements of the 1952 National Revolution survive in the Bolivian collective imagination as a radical experience of the popular classes' incursion into the country's political life and destiny. However, the readings about its meaning still mobilize different approaches and interpretations, and even opposed ones. Despite being claimed by different social sectors and political actors today, the legacy and memory of the "National Revolution of 1952" constitutes a place of political and theoretical dispute. But the challenges of transforming Bolivian society posed by the "Revolution" 70 years ago are still alive and mobilize the political projects for the transformation of Bolivia in the first decades of the 21st century. This article seeks to map the different phases of the National Revolution, approaching its historical antecedents, the structural and conjunctural causes that allowed the triumph of the popular insurrection in April 1952, the rise of the Revolutionary Nationalist Movement to power and the processes of institutionalization and decline of the Revolution.

Key words: Bolivia, Revolution, Institutionalization.

Os antecedentes

Um consenso unifica o imaginário social e intelectual boliviano há sete décadas, a interpretação da Revolução Nacional de 1952 como o acontecimento político mais importante da sua história ao longo do século XX. Uma espécie de momento constitutivo², cujas consequências e impactos marcaram a Bolívia por um longo período. As conquistas da

² Para o cientista político boliviano Luis Tapia, "Hay varios momentos constitutivos. Hay un momento constitutivo de la nación, un momento constitutivo del Estado. Se puede pensar que el momento constitutivo es aquel en el que se articula históricamente con fuerza y con novedad una forma de moldear un eje estatal, la relación entre Estado y sociedad civil. Es como un momento en el que se articula el programa de una civilización o de una época, en la medida de que se trata de una articulación de base y superestructura, del tipo de vida interna y cultura, es decir, de valores y de sentidos con los cuales se ve y experimenta las formas productivas y relaciones sociales. Según Zavaleta las sociedades mudan, a veces pasan por varios momentos constitutivos, en los que unos son reconstrucciones de los anteriores. Los momentos constitutivos más recientes no acaban borrando la historia pasada, inclusive cuando se piensa que una de las características del momento constitutivo es la situación de disponibilidad y la sustitución ideológica en situaciones de fluidez, generalmente producida en situaciones de crisis. Aquí analizo la idea de momento constitutivo como el origen histórico de una forma primordial. Se relaciona a lo que Zavaleta llamó el eje estatal. Se puede ver el momento constitutivo como un problema de la articulación entre estado y sociedad civil en los orígenes de las historias locales, como aquellos que marcan el carácter de su historia por un largo tiempo" (TAPIA, 2002, p. 293).

Revolução Nacional de 1952 sobrevivem no imaginário coletivo boliviano como uma experiência radical de incursão das classes populares na vida política e nos destinos do país. Entretanto, as leituras acerca do seu significado ainda mobilizam abordagens e interpretações distintas, e, até mesmo, contrapostas.

Apesar de reivindicada por diferentes setores sociais e atores políticos na atualidade, o legado e a memória da “Revolução Nacional de 1952” constitui um lugar de disputa política e teórica. Mas, os desafios de transformação da sociedade boliviana colocados pela “Revolução” há 70 anos mantêm-se vivos e mobilizam os projetos políticos de transformação da Bolívia nas primeiras décadas século XXI.

Os anos que antecederam a Revolução Nacional e a insurreição popular de abril de 1952 foram marcados por um acúmulo crescente de contradições, frustrações e derrotas dos setores populares na Bolívia. Durante década de 30, as elites políticas tradicionais haviam empurrado o país à uma guerra contra o Paraguai, a Guerra do Chaco³, cujas consequências foram dramáticas para o povo boliviano.

A guerra se estendeu por três anos [...]. Para a Bolívia, a guerra significou uma grave derrota: não só perdeu milhares de homens, mas, teve 21 mil prisioneiros (repatriados depois pelos Acordos de Paz, diante do pagamento de uma indenização econômica ao governo paraguaio) e cedeu definitivamente quatro quintos dos territórios pretendidos no Chaco Boreal [...]. Como consequência da guerra, o exército e os oficiais desmobilizados começaram a exercer uma ativa intervenção política no Estado boliviano, reforçada pelas novas correntes ideológicas que predominavam na Europa, sobretudo pelo nacionalismo (GALLEGO, EGGERS-BRASS, LOZANO, 2006, p.291 - 292).

Após a Guerra do Chaco, a situação econômica do país se deteriorou rapidamente com o aumento da inflação e o desabastecimento. A derrota para o Paraguai desencadeou uma crescente instabilidade política no país. Tendências nacionalistas ganharam força no interior do exército e da sociedade. Diante da fratura política e social, os militares nacionalistas assumiram a presidência do país com o objetivo de equilibrar as disputas entre as distintas frações das classes dominantes e o nascente movimento operário nas minas. Durante os

³ A guerra contra o Paraguai, conhecida como a Guerra do Chaco, foi a maior expressão da profunda crise na sociedade boliviana. O governo boliviano em aliança com os empresários mineiros, na tentativa de contornar a crise econômica, recorreram à guerra contra o Paraguai. O conflito durou quatro anos (1932-1935) e foi, em todos os sentidos, um marco na história boliviana. A guerra deixou um saldo de 65 mil bolivianos mortos, aprofundou os problemas econômicos e agudizou ainda mais o descontentamento popular. Após a guerra a economia nacional e o sistema político se encontravam destrocados. O desgaste dos partidos tradicionais possibilitou que um setor nacionalista do exército assumisse a condução política do país (GALLEGO, EGGERS-BRASS, LOZANO, 2006).

governos de David Toro⁴ e German Busch⁵ se aprovou uma série de leis e decretos que tinham por objetivo implementar uma legislação trabalhista e sindical. A mais importante delas, foi a Lei de Sindicalização Obrigatória, que pretendia controlar e regulamentar a existência dos sindicatos a partir do Estado, “[...] *ao mesmo tempo em que sancionava uma legislação dedicada a vigiar e salvaguardar a reprodução da força de trabalho*” (OSTRIA, 2014, p. 176).

Em 2 de junho de 1936, durante o governo de David Toro (1935-1936), criou-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social, cujo objetivo era, *“fixar as atribuições deste Departamento concernentes à organização do trabalho e do bem-estar das classes trabalhadoras, como fatores determinantes do progresso econômico e social da nação”* (BOLÍVIA, 1936). O breve ciclo do nacionalismo militar terminou com o “suicídio” do general German Busch, em 23 de agosto de 1939, e o retorno ao poder da “oligarquia mineira” que impôs um caráter cada vez mais autoritário ao Estado, em detrimento do seu anterior papel como “árbitro” dos conflitos políticos e sociais. Nas eleições de 10 de março de 1940⁶ foi eleito o novo presidente, o também militar, Enrique Peñaranda, que governou a Bolívia entre 1940 e 1943. O novo governo assumiu com o apoio dos empresários mineiros e dos latifundiários. Seu programa representou um retrocesso nas conquistas trabalhistas, sociais e sindicais implementadas durante os governos nacionalistas de Toro e Busch.

O governo aprofundou a subordinação da Bolívia aos interesses econômicos e militares dos Estados Unidos e ampliou o caráter autoritário e repressivo do Estado frente aos sindicatos. No contexto da Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores mineiros tiveram seus salários congelados e o aumento da jornada de trabalho, o que provocou um recrudescimento da superexploração dos trabalhadores. Uma série de conflitos eclodiram por melhores condições de trabalho e salários, em distintas minas do país.

O autoritarismo estatal promovido por Peñaranda se expressou de forma implacável no

⁴David Toro (1898 - 1977) foi um militar e político boliviano. Foi o 35º presidente da Bolívia graças ao golpe de estado que encabeçou junto ao seu amigo e companheiro de armas German Busch. Governou a Bolívia entre 22 de maio de 1936 e 13 de julho de 1937.

⁵German Busch (1904-1939) foi um militar e político boliviano e protagonizou o golpe de estado de 1936. Em 13 de julho de 1937 substituiu David Toro na presidência da bolívia. Suicidou-se em 23 de agosto de 1939.

⁶ Na Bolívia o voto universal só foi conquistado após a insurreição popular de abril de 1952. Até a eleição de 1951 o voto era restrito à uma parcela muito pequena da população. Não podiam votar os analfabetos e as mulheres (que haviam votado pela primeira vez nos anos 40, mas apenas nas eleições municipais). O conceito de cidadania era restrito, apenas aqueles que pudessem demonstrar uma renda mínima podiam votar, ou seja, uma ampla parcela da população, em particular os povos indígenas das comunidades eram excluídos da participação política. Com a Revolução de 1952 se conquistou o direito de voto (Decreto de 21 de julho de 1952) a todos os bolivianos e bolivianas maiores de 21 anos (de 18 anos, sendo casados), de qualquer instrução, ocupação ou renda. Desse modo se permitiu o acesso à participação política a mais de 70% da população, marginalizada até então do processo democrático.

“Massacre de Catavi”, em 1942. A violenta repressão aos trabalhadores mineiros do distrito de Catavi resultou na morte de aproximadamente 20 operários. Um ano após o Massacre de Catavi, em 23 de dezembro de 1943, os militares nacionalistas com o apoio do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)⁷, partido formado em 1941, a partir da confluência de profissionais liberais oriundos da pequena burguesia e das classes médias urbanas identificadas com o “nacionalismo militar” de Toro e Busch, deram um golpe de Estado. Comandado pelo militar nacionalista, Gualberto Villarroel⁸, o golpe destituiu o governo de Peñaranda. Formou-se um governo nacionalista, baseado na experiência dos governos de Toro e Busch (1936-1939).

O MNR concentrava sua influência, sobretudo, entre os setores urbanos pertencentes à pequena burguesia, os comerciantes urbanos e os profissionais liberais. Este partido aproveitou a enorme repercussão do Massacre de Catavi para denunciar duramente o governo de Peñaranda e obter uma projeção nacional, em particular nos distritos mineiros. Segundo Zavaleta (1988, p. 23), o MNR era um partido “[...] formado basicamente em torno à crítica à oligarquia mineira e aos proprietários de terras, crítica feita a partir dos setores da pequena burguesia urbana”.

Alguns anos mais tarde, em 1946, o presidente do país, Gualberto Villarroel, visto com desconfiança pelas classes dominantes e a oligarquia foi enforcado em praça pública, gerando uma comoção nacional entre os setores populares. No mesmo ano, o trabalhadores das minas organizados na Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB)⁹

⁷ O MNR surgiu em 1941, formado majoritariamente por estratos da classe média e setores da pequena burguesia urbana e um programa político baseado em três objetivos centrais: a defesa dos “interesses nacionais”, a criação de uma “consciência nacional” e a realização de uma “revolução nacional”

⁸ O novo governo contou, desde o primeiro momento, com a colaboração do MNR, e três ministros desse partido foram designados para seu gabinete; Víctor Paz Estensoro passou a desempenhar a carteira de ministro da fazenda [...]. Os dirigentes do golpe de 20 de dezembro de 1943, o realizaram aproveitando o descontentamento existente contra Peñaranda (JUSTO, 2007, p. 199). O novo governo combinava características autoritárias e nacionalistas; tinha simpatia pelo regime nazista de Hitler e num primeiro momento não foi reconhecido pelos Estados Unidos. Segundo Justo (2007), “Com o propósito de conquistar a adesão popular, o governo de Villarroel - Paz Estensoro adotou uma série de medidas particulares e, em certo modo, progressivas. Estabeleceu o Foro Sindical, o Retiro Voluntário, a Defesa dos Inquilinos; realizou o primeiro Congresso Indigenista, em maio de 1945 decretou a abolição do pongueaje (um sistema de serviços domésticos onde os indígenas eram obrigados a prestar ao fazendeiro) e de outros serviços gratuitos promovidos pelos indígenas, assim como a obrigatoriedade do estabelecimento de escolas nas comunidades indígenas, etc., ao mesmo tempo em que se definiram as obrigações dos patrões e dos colonos [...], enquanto Villarroel adotava como lema: “Não somos inimigos dos ricos, mas somos mais amigos dos pobres” (JUSTO, 2007, p. 201).

⁹ Na abertura do congresso de fundação da FSTMB, em 1944, estavam presentes, o Ministro do Trabalho e o presidente da República, Villarroel. O congresso, realizou-se entre os dias 10 e 13 de junho, no distrito mineiro de Huanuni, do qual participaram 19 delegações de distintos distritos. Entre as principais reivindicações aprovadas estavam: o contrato coletivo, o salário-mínimo e preços uniformes nas *pulperías* (mercados construídos pela empresa). A maioria dos dirigentes da FSTMB, como Juan Lechín (Secretário Geral), eram militantes ou simpatizantes do MNR. Havia também militantes do PIR (Partido da Esquerda Revolucionária), de influência estalinista e do Partido Operário Revolucionário (POR), de orientação trotskista. Em pouco tempo, a

realizam um congresso extraordinário, onde aprovam a famosa Tese de Pulacayo. O Congresso, realizado no distrito de Pulacayo, foi uma resposta política dos mineiros à contraofensiva da *rosca*¹⁰ e do Estado Oligárquico, logo após a queda e o enforcamento do Presidente Villarroel, em junho de 1946.

A Tese foi apresentada pelo sindicato mineiro de Llallagua e redigida por Guillermo Lora (1922 - 2009), dirigente do Partido Operário Revolucionário (POR)¹¹, de orientação trotskista.

[...] a tese afirmou que o proletariado mineiro era o portador de um projeto transformador da sociedade, do socialismo, para cujo triunfo deveria se erigir em vanguarda de todo o povo boliviano [...]; a tese se constituiu na sustentação ideológica da identidade mineira, ao projetar a imagem de um proletariado em luta contra seu opressor e ao antecipar-se aos acontecimentos posteriores que o colocariam no centro das lutas sociais e o converteriam no setor mais combativo, mais radicalizado e mais capaz de contribuir para erosão do sistema oligárquico imperante (CAJIAS DE LA VEGA, 2013, p. 208).

A Tese reivindicava a ação revolucionária e destacava a importância da independência de classe, “*em oposição aos projetos nacionalistas e reformistas*”. O documento denunciava a política de colaboração de classes e destacava a necessidade da mobilização permanente dos trabalhadores contra o imperialismo norte-americano. A independência nacional e a conquista da democracia deveriam ser assumidas como parte da luta pela tomada do poder pelos operários e os camponeses. Sob a influência das ideias trotskistas¹², a Tese de Pulacayo representou um importante amadurecimento político da classe operária mineira.

Somos soldados da luta de classes. Temos dito que a guerra contra os exploradores é uma guerra de morte. Por isso destruiremos toda tentativa colaboracionista nas fileiras operárias. O caminho da traição se abriu com as famosas “frentes populares”, ou seja, uma frente que, esquecendo a luta de classes, unia proletários, pequenos burgueses e alguns setores da mesma burguesia. A frente popular custou muitas derrotas ao proletariado

FSTMB contaria com mais de 60 mil trabalhadores mineiros filiados, tornando-se a maior entidade sindical do país. Esta organização contribuiu para superação da anterior fragmentação e segmentação corporativa dos trabalhadores mineiros, sendo um passo importante para sua incursão na vida política

¹⁰ “Os ‘Barões do Estanho’ e os proprietários de terras do altiplano, representantes de uma mineração em crise e uma agricultura baseada num sistema injusto, opressivo, ineficaz e improdutivo, compunham a base socioeconômica da “*rosca*”, termo boliviano que designava a oligarquia e os funcionários, políticos, juizes, jornalistas e intelectuais cúmplices dela” (HERNANDEZ, 2008, p.2).

¹¹ Segundo Alicia Sagra, “en 1936 se funda en el exilio (en Argentina) el POR (Partido Obrero Revolucionario), que evolucionó hacia el trotskismo, y se convirtió en la sección boliviana de la Cuarta Internacional. Sus fundadores fueron Aguirre y Marof, pero tras la muerte accidental del primero y la marcha del segundo, la dirección cayó en manos de Guillermo Lora”.

¹² O “programa de reivindicações transitórias” defendido na Tese de Pulacayo se baseava no Programa de Transição documento programático elaborado por Leon Trotsky para o Congresso de Fundação da Quarta Internacional, em 1938.

internacional. A expressão mais cínica da negação da luta de classes, da entrega dos oprimidos a seus carrascos, do ponto culminante da degeneração das frentes populares é a chamada “unidade nacional”. Essa consigna burguesa tem sido lançada pela boca dos reformistas. “Unidade nacional” significa unidade dos burgueses com seus servos para poder algemar os trabalhadores. “Unidade nacional” significa a derrota dos explorados e a vitória da *rosca*. Não podemos falar em unidade nacional quando a nação está dividida em classes sociais empenhadas em uma guerra de morte (FSTMB, 1946).

A Tese de Pulacayo representava a consolidação de importantes reivindicações e consignas no interior do sindicalismo mineiro como, “*o armamento operário, a ação direta de massas, o controle operário das minas, a participação nas eleições nacionais com candidatos operários, a defesa intransigente do direito à sindicalização*” (CAJIAS DE LA VEGA, p. 2013, p. 208). Estas demandas representavam a síntese de uma experiência acumulada ao longo das primeiras décadas do século XX, mas, também, uma reação aos métodos violentos utilizados pelos partidos oligárquicos para derrubar o governo de Gualberto Villarroel.

Entre outros pontos, a Tese de Pulacayo demandava o controle operário nas minas, a formação das milícias armadas para enfrentar a burguesia e os grupos fascistas¹³, a jornada semanal de 40 horas de trabalho, a escala móvel de salários e a independência sindical, “*nosso objetivo é vencer e para isso não devemos esquecer que a burguesia conta com exército, polícia e grupos fascistas. Corresponde-nos, pois, organizar as primeiras células do exército proletário*” (FSTMB, 1946).

A partir da aprovação da Tese de Pulacayo a luta dos mineiros assumiu um caráter político ao enfrentar-se abertamente contra o Estado e o exército. O documento também legitima e impulsiona a incursão dos trabalhadores mineiros na vida político-eleitoral do país. A primeira experiência deste tipo ocorreu nas eleições gerais de 1947, quando os trabalhadores mineiros, através da FSTMB, realizaram uma aliança eleitoral com o POR (Partido Operário Revolucionário) e formaram o Bloco Mineiro Parlamentar, lançando “candidatos a deputado e senador nos distritos onde a classe operária tinha algum peso eleitoral” (LORA, 1980, p.567). Segundo Alicia Sagra (2004, p. 50-51), naquele momento, 90% da população boliviana não votava, mas, “*o bloco operário ganhou nos distritos mineiros e elegeu sete parlamentares (cinco deputados e dois senadores), entre eles Juan Lechín, principal dirigente mineiro ligado ao MNR, e Guillermo Lora, principal dirigente do POR*”.

É neste cenário de profunda instabilidade e crises políticas recorrentes que ocorrem as

¹³ O principal grupo foi a Falange Socialista Boliviana (FSB) fundada em 15 de agosto de 1937. A FSB tinha como principal doutrina o nacionalismo boliviano ou bolivianismo.

eleições presidenciais de 1951. Segundo Everaldo Andrade (2007, p. 65-66) as eleições,

[...] aferiram o posicionamento político de parcela extremamente limitada da população. Seus resultados demonstraram o avançado grau de corrosão do regime, mesmo entre os estratos médios e superiores da sociedade Boliviana. Apesar do eleitorado estreito de pouco mais de 105 mil votantes em um universo pré-estabelecido de 211 mil eleitores em 1951 e uma população que superava os 3 milhões de habitantes, o MNR, com seu candidato a presidente Víctor Paz Estenssoro, conseguiu 54.049 votos contra 39.940 do PURS, 6.441 do partido Liberal e 5.170 do PIR. Os grandes centros urbanos, como La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí, deram expressiva vitória ao MNR [...] O fato de o MNR não ter obtido maioria absoluta dos votos colocava, segundo a legislação eleitoral, a decisão final nas mãos dos parlamentares. A elite dominante, porém, não aceitava o risco de expor novamente suas fragilidades. Assim, Urriolagoitia foi afastado e o governo foi entregue a uma junta militar dirigida pelo general Hugo Ballivian, o que golpeava o resultado eleitoral. Imediatamente, o MNR, POR e outros partidos opositoristas foram postos na ilegalidade”.

A vitória eleitoral do líder político Víctor Paz Estenssoro, principal dirigente do MNR, contra o candidato da oligarquia mineira revelava uma profunda fratura do sistema político oligárquico e das classes dominantes, cuja principal fração estava representada pelos empresários mineiros, conhecidos como os Barões do Estanho¹⁴. Para René Zavaleta (1986, p.97-98),

Se a oligarquia tivesse confiança no funcionamento de sua própria democracia e, em particular, em seu controle sobre o exército, teria sido viável entregar o poder ao vencedor e, contudo, bloquear juridicamente seu programa ou condicioná-lo, e inclusive, isto já é uma pura hipótese, apoiar o MNR em suas relações com os aliados perigosos, que eram os mineiros [...] Preferiu, contudo, o caminho mais rotineiro de não reconhecer as eleições, entregar o poder a uma nova junta militar e, enfim, suprimir todas as alternativas democráticas. Com isso se completaram as condições subjetivas para que, menos de um ano depois, existisse a insurreição de massas de 9 de abril de 1952 (ZAVALETA, 1986, p.97-98).

A oligarquia mineira e os militares não estavam dispostas a aceitar as pequenas concessões previstas no programa do MNR aos setores populares. O golpe de Estado anulou as eleições e entregou o poder a uma junta militar. As elites não esperavam que este comportamento golpista abrisse caminho para o acontecimento político mais importante da história boliviana desde a independência do país, em 1825.

¹⁴ O “Barões do Estanho”, como eram conhecidas as três grandes famílias (Aramayo, Patiño e Hotchild), controlavam 80% da produção de minério da Bolívia. Durante a segunda Guerra Mundial, o estanho boliviano chegou a representar 50% da produção mundial. Os Barões do Estanho, popularmente conhecidos como “A Rosca”, controlavam todos os aspectos da vida social, econômica e política do país. Em aliança com os latifundiários, possuíam os principais bancos, controlavam os jornais mais importantes, elegiam e destituíam governos, compravam políticos e presidentes. Com a Revolução Nacional de 1952, as principais empresas sob controle dos Barões do Estanho foram nacionalizadas, criando-se assim a COMIBOL (PAZ, 1980).

O triunfo da Revolução e a dualidade de poderes

Em 9 de abril de 1952, a polícia e um setor do exército, em aliança com o MNR, tentaram um “contragolpe”, mas, *“o que os dirigentes do MNR conceberam como um contragolpe de Estado havia se convertido, graças à ação espontânea das massas, em uma insurreição popular, a primeira triunfante na América Latina”* (ZAVALETA, 1987, p. 95). O frustrado “contragolpe” abriu o caminho para uma revolução de caráter nacional e popular, protagonizada por operários, camponeses e setores das classes médias urbanas sem precedentes na história política da América Latina. Os acontecimentos sucedem-se com uma velocidade estonteante:

Em 9 de abril de 1952, a polícia e um setor do exército, em acordo com o MNR, tentam um contragolpe que é derrotado e seus chefes militares asilam-se em diferentes embaixadas [...] A polícia, ao ver-se derrotada pelos militares, entregou algumas armas aos trabalhadores fabris e ao povo de La Paz. Por sua vez, os mineiros de Oruro e Potosí, que já haviam tomado os regimentos, começaram a marchar até La Paz. Os mineiros de Milluni capturam um trem militar que transportava armamentos. Em La Paz, os trabalhadores derrotam sete regimentos e tomam suas armas [...]. Em 12 de abril, os militares que continuavam resistindo às milícias rendem-se (SAGRA, 2004, p.51).

Os enfrentamentos culminaram com a destruição do exército boliviano e a sua substituição por milícias operárias e camponesas que respaldaram a entrega da presidência do país ao líder do MNR, Victor Paz Estensoro. A partir de 11 de abril, as milícias organizadas pelos sindicatos eram a única força armada do país e reuniam entre 50 e 100 mil combatentes. A revolução havia triunfado, mas a disputa pelo poder seguia em aberto com distintas estratégias em jogo.

O bloco governante, dirigido pelo MNR, refletia as características próprias deste partido e as contradições derivadas do triunfo da classe operária e dos setores populares. A situação na Bolívia após a Revolução caracterizou-se, segundo René Zavaleta, pela dualidade de poderes: de um lado, encontravam-se as organizações populares e operárias dirigidas pela recém-fundada Central Operária Boliviana¹⁵; do outro, um governo, dirigido pelo MNR, partido que exercia uma influência majoritária no seio da classe operária mineira, e seus

¹⁵ Segundo Lazarte, “[...]. No dia 16 de abril, ao meio-dia, se realizou a reunião de fundação da COB, convocada pela FSTMB, na sede desta entidade. A reunião foi dirigida por Juan Lechín, secretário executivo da FSTMB e recentemente designado Ministro de Minas e Energia. A essa reunião assistiram 70 delegados, representando 10 organizações sindicais [...] O primeiro voto resolutivo aprovado pela COB foi a ratificação de Lechín e German Butron como Ministro de Minas e Petróleo e, de Trabalho e Previsão Social, respectivamente, ambos designados pelo “Supremo Governo da Revolução Nacional ante o beneplácito dos trabalhadores de toda a República” (LAZARTE, 1988, p. 4-5)

militantes estavam à frente das principais organizações sindicais do país.

A articulação dessa unidade contraditória entre uma fração pequeno-burguesa, a classe operária e o campesinato na gestação do novo Estado capitalista não escapa à marca democrática que lhe imprimiu a intervenção insurrecional das massas populares: a complexidade da situação constitutiva do bloco reside em que a pequena-burguesia “movimentista” não pôde senão compartilhar o poder político com um movimento operário que mantém o predomínio material da força, que provém do monopólio das armas conquistadas em combate e de sua crescente organização sindical, política e militar.

O historiador boliviano Jorge Lazarte (1989, p. 4-5) afirmava que,

Os dias prévios à fundação da COB haviam sido marcados pela euforia da vitória [...] Presença massiva de trabalhadores armados nas ruas e manifestações permanentes e multitudinárias, animadas pela esperança de realizar os projetos nacionais e com a vontade de construir a pátria nova. O fato político mais importante nesses dias foi a conformação do co-governo entre o MNR e representantes operários reconhecidos por todo o movimento sindical que se encontrava em processo de vertebração. Esta onda de mobilização social e política dos trabalhadores, cristalizaria nos seguintes meses na organização multiplicada de sindicatos em setores sociais importantes, tais como camponeses e setores da classe média.

Nos primeiros meses após o triunfo revolucionário, o governo do MNR esteve totalmente refém das decisões da COB. Os sindicatos e a esquerda boliviana debatiam intensamente as distintas estratégias a serem adotadas. As posições majoritárias apontavam em direção à formação de um “co-governo” entre a COB e o MNR, posição defendida pela maioria das direções sindicais, que naquele momento eram influenciadas pelo partido governante. O principal dirigente da COB, Juan Lechín Oquendo, membro da “ala esquerda do MNR” foi um dos principais defensores da política do Co-Governo.

[...] nesse momento, de fato, a classe operária dominava o país objetivamente; seu predomínio era um ato material e a coerção estatal lhe pertencia como um monopólio. Ao não existir o exército, um inclinava-se a se perguntar por que se acatava à ficção do poder burguês, que não tinha outro suporte que aquele que a COB voluntariamente lhe prestava. Por que, em suma, não se tomava o poder de uma maneira direta, posto que já o possuía de fato? (ZAVALETA, 1987, p. 104).

René Zavaleta (1987, p.104) responde a esta questão afirmando que havia no seio da classe operária uma hegemonia da ideologia burguesa “[...] a burguesia não tinha um exército, mas sua hegemonia ideológica estava intacta através da influência do partido pequeno-burguês (MNR). A ideologia burguesa dominava tanto no polo burguês como no polo proletário”.

A partir de 1952, o nacionalismo revolucionário ocupa o centro do poder estatal boliviano e torna-se, como veremos, uma das condições organizadas do exercício do poder [...], dito de outro modo, o nacionalismo revolucionário aparece como um discurso de todas as classes sociais embora, a rigor, instrumentaliza notavelmente os interesses das classes dominantes [...]. O nacionalismo revolucionário é a ideologia do poder na Bolívia [...], seria a ideologia das classes dominantes que almejam articular hegemonicamente seu discurso sobre o resto da sociedade (ANTESANA, 1983 apud ZAVALETA, 1983, p.61-62).

O MNR era “o partido que historicamente representava os conteúdos da revolução burguesa na Bolívia” (ZAVALETA, 1987, p.) e encarnava uma ideologia que se dirigia ao “povo” e à “nação”; uma expressão boliviana de um fenômeno social e político surgido na América Latina a partir dos anos 30, de caráter nacionalista e populista¹⁶. Para Liborio Justo (2007, p. 190) o MNR “era a expressão desesperada da pequena-burguesia que aspirava um projeto nacionalista”. O nacionalismo revolucionário foi o nome que assumiu o populismo boliviano “e o populismo expressa o conceito de que as classes interiores ao nacionalismo revolucionário são iguais em poder e direitos” (ZAVALETA, 1987, p. 97).

O MNR no poder e a institucionalização da “Revolução”

Com o triunfo da Revolução Nacional e a chegada do MNR ao poder começaram os embates e as disputas políticas e ideológicas que marcaram a história das lutas sociais na Bolívia na segunda metade do século XX. Estes conflitos no interior do projeto nacionalista surgiram desde a formação do primeiro gabinete provisório. O principal fator de instabilidade no bloco de poder nacionalista foi a presença dos trabalhadores da mineração, organizados em torno da histórica FSTMB e da COB. A relação entre os trabalhadores mineiros e o novo governo caracterizou-se por grandes tensões e conflitos.

¹⁶ Segundo Lowy, “O populismo é percebido como um movimento policlasista, sob a hegemonia de uma direção burguesa e uma ideologia nacionalista. Nesse quadro, poderíamos adiantar uma definição provisória: o populismo é um movimento político —com diversas formas de organização (partido, sindicatos, associações diversas), possuidor de uma grande base popular (de operários, camponeses e classes médias), sob uma direção burguesa/pequena burguesa e a liderança carismática de um caudilho. Uma vez no poder, este movimento, que pretende representar ao “povo” em seu conjunto, adota uma política bonapartista, que se pretende acima das classes, mas em última análise ao serviço dos interesses do capital (o que não impede fricções com setores da burguesia). Pode também, sobretudo se existe uma pressão de base— outorgar concessões econômicas e sociais às classes exploradas e ou tomar certas medidas de tipo anti-imperialista. Como exemplo, podemos mencionar: o peronismo (“justicialismo”), o varguismo (“trabalhismo”), o APRA, o **Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) da Bolívia**, Ação Democrática da Venezuela, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, o Partido Revolucionário Democrático (PRD) dominicano, o Partido Liberal Nacional (PLN) da Costa Rica, o Partido Nacional Popular (PNP) da Jamaica. Se poderia agregar, como uma variante, o populismo militar, geralmente efêmero: Torres na Bolívia, Velasco no Peru e Torrijos no Panamá” (LOWY, 1989, p.6)

A integração do movimento operário ao novo governo tornou-se o principal instrumento de restauração da ordem constitucional, profundamente abalada pela insurreição popular. Segundo Liborio Justo (2007), o novo governo não se apoiava na ação revolucionária das massas com o objetivo de estender a revolução, mas, sobretudo, na continuidade da legitimidade constitucional. Como aponta Cayetano Llobet (1984, p. 334).

Se o MNR defende na primeira fase revolucionária a estruturação do “co-governo MNR-COB”, o faz fundamentalmente através do mecanismo de integração ao gabinete de “ministros operários”, o que não significava necessariamente a presença da classe no desenho governamental [...]. Seria falso afirmar que a presença operária nesse triunfo revolucionário estava proporcionalmente refletida no novo projeto estatal.

Por outro lado, as pressões internacionais, sobretudo dos Estados Unidos, que entre 1953 e 1964 emprestou à Bolívia aproximadamente 368 milhões de dólares (nesse momento a ajuda financeira dos Estados Unidos à Bolívia foi a maior de todo o continente), e as pressões institucionais do aparato estatal, como o clientelismo e a burocratização das organizações sindicais, permitiram que o governo do MNR consolidasse suas posições.

A experiência do co-governo, entre o MNR-COB, resultou na indicação de três ministros operários em postos chaves do governo: o Ministro de Mineração e Petróleo, o Ministro do Trabalho e o Ministro de Assuntos Camponeses. Por outro lado, os trabalhadores indicaram representantes na administração das empresas estatais, conhecidos como “Diretores Operários da COMIBOL”. Durante os primeiros anos do governo do MNR, houve uma política sistemática para submeter e integrar os sindicatos operários de modo orgânico ao Estado, gerando uma burocracia sindical que servia para neutralizar as lutas autônomas dos trabalhadores. Ao analisar esse processo, Everaldo Andrade (2007, p.123-124) conclui que,

As características do movimento sindical boliviano, politizado e radicalizado, contraditoriamente, facilitaram sua incorporação ao aparelho estatal de Estado e seu controle político pela cúpula pequeno burguesa do MNR. Isso se deu de várias formas: integração ao movimento difuso e policlasista do partido governante, burocratização por intermédio das relações clientelistas, distribuição de favores e corrupção generalizada e perseguição sistemática aos adversários políticos.

Em uma instigante análise sobre a complexa relação da classe operária com o projeto político do MNR no contexto da Revolução Nacional de 1952, René Zavaleta (1987, p. 97) aponta que,

De um ponto de vista superficial, se poderia alegar inclusive que a classe operária militava em sua maioria no MNR e que, nesse sentido, este era o

partido da classe operária. É um fato, por outro lado, que os operários quando ingressam em massa na política não o fazem por meio do MNR. Se a visão é mecânica, o MNR era, de fato, o partido dos operários; mas historicamente, ou seja, em seu conteúdo, é um absurdo dizer que foi assim. Nem em sua prática nem em sua teoria esse partido continha a ideologia do proletariado.

A hegemonia do Nacionalismo Revolucionário sob a classe operária não se deu sem importantes contradições e embates, sobretudo, pela centralidade política e ideológica do proletariado mineiro¹⁷ percebida pelos próprios trabalhadores e suas organizações como o eixo articulador da vida nacional (OSTRIA, 1991; CAJIAS, 2013; LINERA, 2009; NASH, 2008, ZAVALETA, 1987; LORA, 1980; LAVAUD, 1998). Segundo Laurence Whitehead (1980, p. 1474),

O setor mineiro ocupa uma posição tão importante na economia da Bolívia que tão logo os diversos sindicatos conseguem obter certo nível de organização e coordenação em nível nacional, sua Federação se converte em uma força importante capaz de refletir todas as prioridades econômicas e políticas do país. Tanto os dirigentes como os membros do sindicato estão conscientes destas potencialidades e formulam suas ideias tendo este contexto nacional em mente.

No ensaio *Sistema e Processos Ideológicos na Bolívia (1935-1979)*, Luiz Antesana esboça uma possível explicação para esta tensa e instável relação entre o MNR e a classe operária boliviana:

Ao redor de 1952, o MNR permite, ou concede, formas de co-governo aos trabalhadores mineiros, e de certa forma, o aparato repressivo do Estado está nas mãos de proletários. Ao final de sua primeira época de governo contínuo (1952-1964), o MNR está em direta oposição aos trabalhadores mineiros e o aparato repressivo do Estado está nas mãos de modernizadas forças armadas (ANTEZANA, 1983, p. 73).

A partir do momento em que o *Nacionalismo Revolucionário* se cristalizou enquanto ideologia estatal, observou-se um crescente processo de diferenciação e ruptura dos trabalhadores mineiros e suas organizações sindicais com o projeto político do MNR (ANTEZANA, 1983). Em um primeiro momento “*a luta para preservar sua identidade dentro de sua aliança com as demais classes será o que configura a construção de sua*

¹⁷ Este papel hegemônico havia sido exposto nas famosas Teses de Pulacayo aprovadas no Congresso da FSTMB de 1946: “o eixo econômico da vida nacional será também o eixo político da futura revolução” (FSTMB, 1970, p.53). Os trabalhadores mineiros se converteram em “direção” de todo o povo, arrastando consigo os camponeses e setores da pequena burguesia. Isso possibilitou o fortalecimento do sindicalismo mineiro e abriu o caminho para o que muitos autores denominaram de “a centralidade política do proletariado mineiro”. Nesse momento, a FSTMB aglutinava aproximadamente 50 mil membros, entre trabalhadores estatais e do setor privado

independência de classe” (ZAVALETA, 1988, p. 27).

Como aponta Lavaud (1998) “*os mineiros representavam um perigo tal que todos os governos posteriores à revolução buscaram controlá-los ou derrotá-los, seja pela via da cooptação e institucionalização, ou através da repressão e dos massacres*”. Apoiados nessas circunstâncias, entre 1952 e 1956, enquanto perdurou a experiência do co-governo entre a COB e o MNR, os mineiros usaram sua capacidade de pressão para obter conquistas sociais e trabalhistas e forçar o Estado a aplicar algumas políticas redistributivas. Com isso, os mineiros participaram e impulsaram transformações estruturais que afetaram a ordem oligárquica, tais como a reforma agrária, o voto universal e a nacionalização das minas (ANDRADE, 2007).

O co-governo MNR-COB durou até 1956. Nesse período, gestou-se um processo de ruptura dos mineiros e suas direções sindicais com o MNR. A institucionalização da Revolução de 1952 implicou o abandono das perspectivas radicais dos primeiros meses,

A participação nos aparatos estatais e a lealdade com o partido governante, embora não necessariamente com a ideologia do Nacionalismo Revolucionário, durou até finais de 1956, quando o poder executivo empreendeu uma política de estabilização monetária que afetou gravemente o nível de vida mineiro. A partir daí os trabalhadores do subsolo retomaram sua antiga desconfiança no Estado [...] (OSTRIA, 2001, p. 283).

Segundo Andrade (2007), existiram três grandes momentos da hegemonia política do MNR durante o “ciclo revolucionário” (1952 e 1964). O primeiro pode ser caracterizado como a fase da “dualidade de poderes” que permaneceu até o I Congresso da COB em 1954. O segundo ocorreu a partir do I Congresso da COB em 1954, quando foi promulgado o decreto de reforma agrária e a reestruturação do exército. Nessa fase, o MNR pôs fim à dualidade de poderes e consolidou-se como partido hegemônico. O terceiro momento caracterizou-se pelo distanciamento e ruptura do movimento operário com a direção do MNR, entre 1956 e 1964, durante os governos de Siles Suazo e o segundo governo de Paz Estensoro.

Uma revolução inconclusa

Os cinco aspectos fundamentais que caracterizaram os primeiros anos do governo “revolucionário” foram: a nacionalização das minas, a reforma agrária, a reconstrução do exército, a reforma da educação e a aplicação do voto universal. Quanto ao primeiro ponto, tratava-se da principal reivindicação dos trabalhadores mineiros que colocava em cheque o poder dos Barões do Estanho. Os setores mais radicalizados dos mineiros, influenciados pelo

POR e o PCB, reivindicavam a nacionalização sem indenização das minas e o controle operário com direito a veto nas empresas nacionalizadas. No entanto, a nacionalização sem indenização não figurava no programa de governo do MNR. Este foi o primeiro grande embate entre os trabalhadores mineiros e o governo após a Revolução (ANDRADE, 2007).

O MNR evitou defender a nacionalização das minas, postergando-a por meio da criação de uma comissão encarregada de estudar o tema. Sua real intenção era aguardar uma mudança na situação política e o arrefecimento da radicalização. Contudo, a pressão das milícias operárias, fortemente organizadas nos distritos mineiros de Catavi, Siglo XX e Huanuni, obrigou o governo de Paz Estenssoro a realizar a nacionalização das minas em 31 outubro de 1952. Sob enorme pressão dos trabalhadores mineiros, nacionalizaram-se as minas pertencentes a Patiño, Aramayo e Mauricio Hochschild, os três grandes Barões do Estanho. Segundo Jean Pierre Lavaud (1998, p. 196),

A COB e os partidos de inspiração marxista exigem uma expropriação sem indenização, mas finalmente, se impõe a posição moderada de Paz Estenssoro: esta, prevê uma indenização de 21 milhões de dólares para as companhias expropriadas. A atitude de Paz Estenssoro é fácil de compreender. Parte dos capitais de Simon Patiño são norte-americanos e os EUA expressam claramente que não lhes gostaria em nada uma confiscação pura e simples pois assentaria um mal precedente. Fazem da indenização uma pré-condição para o reconhecimento do novo regime. A ameaça é ainda mais forte pois os EUA são os principais compradores do estanho boliviano e, além do mais, tem a capacidade de controlar os preços do mercado graças aos stocks acumulados durante a segunda guerra mundial.

Em um contexto de crise das grandes empresas mineiras, a nacionalização com indenização tornou-se um bom negócio para os Barões do Estanho; pois, do contrário, estariam diante da possibilidade de uma quebra total e da expropriação sem indenização, como defendiam a maioria dos sindicatos mineiros. A nacionalização das minas, em 31 de outubro de 1952, possibilitou que, entre 1952 e 1956, o número de trabalhadores mineração estatal alcançasse a cifra recorde de 36 mil mineiros. Em outubro de 1952, foi criada a Corporação Mineira da Bolívia. A nova empresa, que até 1985, concentrou a exploração e exportação de minérios, respondia por aproximadamente 75% de todas as arrecadações provenientes de exportação (LAVAUD, 1998).

Nessas circunstâncias, os conjuntos mineiros mais importantes, e o maior número dos mineiros assalariados, se encontram, pois, sob a autoridade de um mesmo patrão e submetidos a uma mesma política geral, a que, como veremos, varia de acordo com os governos. Dado o lugar da nova companhia na economia nacional e posto que seu patrão não é outro que o Estado boliviano, é compreensível que os graves conflitos entre os mineiros e o

Estado-Patrão adquiriram dimensões políticas [...]. Em efeito, a tradição de luta dos mineiros continua, agora no interior da COMIBOL. Daí surgem dirigentes notáveis [...]. E, como consequência, aí também se exercem, preventivamente ou em represália, as repressões mais violentas (LAVAUD, 1998, p. 197).

A mineração estatal tornou-se o motor da acumulação de capitais no país. Com a nacionalização, o Estado passou a ser o principal agente do desenvolvimento econômico nacional. Essa centralidade econômica da mineração estatal veio acompanhada por uma centralidade política e ideológica do proletariado mineiro. A hegemonia dos mineiros sob o conjunto da classe trabalhadora boliviana, dos setores populares e da classe média, foi um eixo articulador dos processos políticos na Bolívia entre 1952 e 1985.

No primeiro momento, os trabalhadores mineiros buscaram preservar sua identidade dentro do bloco dominante, o que contribuiu para construção de um projeto político próprio e autônomo de “independência de classe”. Nos anos seguintes à revolução, consolidou-se no interior do sindicalismo mineiro uma corrente mais radical, o “sindicalismo revolucionário”, influência comunista e trotskista.

A revolução em uma encruzilhada

Em 1956, manifestou-se uma reorientação radical na trajetória da Revolução com a eleição de Hernán Siles Suazo para presidente (1956-1960). O segundo líder mais importante do MNR obteve na primeira votação com sufrágio universal aproximadamente 82% dos votos válidos. Como contrapartida aos auxílios econômicos dos Estados Unidos, o novo governo pagou um alto preço. Com o refluxo das mobilizações, o FMI retomou as pressões para que o governo amortizasse a dívida externa. O Plano de Estabilização Econômica (Plano Eder) aplicado pelo governo Siles Suazo afetava as principais conquistas econômicas obtidas durante a Revolução de 1952 (ANDRADE, 2007).

Entre as principais medidas do Plano Eder estavam: o congelamento dos salários, a demissão massiva de mineiros da empresa estatal e o aumento dos preços dos produtos vendidos nos mercados da própria empresa. Essas medidas provocaram uma imediata reação do movimento operário. No fim de 1957, a FSTMB aprovou uma resolução em que exigia o aumento dos salários, o fim do co-governo com o MNR e o rechaço ao Plano Eder (CAJIAS DE LA VEJA, 2013).

Nas eleições presidenciais de 1960, Paz Estensoro é novamente eleito presidente, tendo como vice-presidente, o dirigente mineiro, Juan Lechín, principal líder sindical dos do

país e secretário executivo da COB e da FSTMB. O novo governo caracterizou-se pela ampliação das relações com os Estados Unidos e a aplicação do Plano Triangular, que consistia em uma ajuda financeira para reorganizar a empresa estatal de mineração COMIBOL, com a condição de que o governo boliviano fechasse importantes minas e demitisse aproximadamente 20 mil trabalhadores da estatal.

Estas medidas desencadearam a partir de meados de 1963 importantes conflitos entre o governo Paz Estensoro e os trabalhadores mineiros, que imediatamente transformaram-se nas maiores mobilizações desde a Revolução de 1952 (LAVAUD, 1998). O ciclo de greves nas minas de 1963 provoca uma ruptura definitiva da FSTMB e da COB com o Nacionalismo Revolucionário representado pelo MNR, além da fragmentação do próprio partido (DUNKERLEY, 2003).

Em dezembro de 1963, organizou-se o XII Congresso Mineiro da FSTMB no distrito de Colquiri. O presidente Paz Estensoro é declarado “traidor dos objetivos da revolução” (LORA, 1983). A famosa Tese de Colquiri aprovada no Congresso Mineiro de 1963 expressou esse período de ruptura e distanciamento dos trabalhadores mineiros com o “Estado de 52” e o “nacionalismo revolucionário”.

A tese declara que os sindicatos não devem converter-se em agência de partido político algum, ainda que este se encontre no poder e se autodenomine revolucionário. A Federação não sustenta o apoliticismo, mas, uma política independente de classe. [...]. De hoje em diante os mineiros se colocarão à cabeça de sua classe para ensinar-lhes a seguir seu próprio caminho e defender seus próprios interesses, a marchar sob sua própria bandeira (CONGRESO MINERO, 1963 apud ZAVALETA, 2011, p. 764).

Duas semanas após o congresso ocorreu a saída de Lechín do governo, ao renunciar ao cargo de vice-presidente. Naquele momento, importantes dirigentes da COB romperam com o MNR e construíram um novo partido, o PRIN (Partido Revolucionário da Esquerda Nacional), abrindo uma profunda crise na relação do movimento operário com o MNR. A maioria dos “movimentistas” (como eram conhecidos os militantes da ala esquerda do MNR) e dos dirigentes da COB seguiu Juan Lechín na formação do novo partido. Nesse momento, o POR e o PCB, que dirigiam importantes sindicatos, aumentaram sua influência entre os trabalhadores mineiros.

No congresso de Colquiri-San José, os mineiros começam a proclamar sua independência política e organizativa frente ao governo do MNR, que qualificam como agente do capital financeiro [...]. Impugna todas as medidas econômicas e sociais do oficialismo como recursos adotados pelos próprios imperialistas para controlar e colonizar o país. Na realidade, a classe operária dirigida pelos mineiros havia mobilizado revolucionariamente contra o

último governo “movimentista” (LORA, 1983).

A ruptura dos trabalhadores mineiros com o governo Paz Estensoro e o recrudescimento dos conflitos provocam um aumento da repressão sob o movimento operário com a ocupação dos principais distritos mineiros pelo exército, e envio à prisão dos seus principais dirigentes. As greves e os conflitos do ano 1963 marcaram um distanciamento definitivo entre os mineiros e o MNR.

O declínio da “Revolução” e a Restauração Conservadora

A crise do governo Paz Estensoro, provocada pela perda de legitimidade, permitiu que, em novembro de 1964, o militar René Barrientos (candidato a vice-presidente na chapa de Paz Estensoro) deflagrasse um golpe de Estado a poucas semanas das eleições presidenciais. O golpe buscava deter o fortalecimento do sindicalismo revolucionário nos acampamentos mineiros. O golpe militar de René Barrientos gerou uma enorme confusão entre os setores da esquerda boliviana.

No primeiro momento, o PRIN, de Juan Lechin, caracterizou o golpe como uma insurreição popular, democrática e revolucionária que expressava o retorno à primeira época da Revolução de 1952. No entanto, a partir de maio de 1965, iniciou-se um processo de perseguição, tortura e assassinatos de dirigentes mineiros, que pôs em evidência a verdadeira orientação do novo regime militar. Lechín foi preso e exilado no Paraguai. A resposta do movimento operário foi radicalizada, porém a greve geral não prosperou e os principais centros mineiros foram ocupados militarmente:

[...] de fato, imediatamente após o golpe, o PCB e o PRIN se uniram à COB e a partidos de direita para formar o Comitê Revolucionário do Povo, o mesmo que inicialmente proporcionou um apoio inequívoco ao levantamento [...]. Estas medidas foram ratificadas com o Decreto de 23 de setembro, que proibia a existência de toda organização operária, com exceção daquelas controladas pelo governo [...]. A FSTMB havia sido cruelmente desorganizada, mas não completamente aniquilada, embora tivessem de passar cinco anos inteiros antes de que recobrassem seus direitos e a autoridade sobre suas bases. Seus dirigentes foram enviados ao exílio ou passaram à clandestinidade [...]. **Toda** uma geração de mineiros estava experimentando a ocupação e o controle militar das minas pela primeira vez, o que fez da reorganização clandestina um lento e doloroso processo que dependia de quadros secundários sem grande experiência ou prestígio (DUNKERLEY, 2003, p. 159).

Em julho de 1965, foi assassinado o dirigente sindical mais importante do Partido Operário Revolucionário (de orientação trotskista), o mineiro Cesar Lora, que havia

permanecido no distrito de Siglo XX para reconstruir um sindicato clandestino. Dois meses após seu assassinato, os mineiros de Siglo XX tentaram romper o cerco militar ocupando a estação de polícia de Llallagua e se apropriando do armamento. O conflito entre mineiros e militares resultou em 80 mortes. O exército foi obrigado a retirar-se, mas milhares de militares voltaram a ocupar Llallagua.

As ações de resistência começavam a tornar-se cada vez mais explosivas e muitas vezes voluntaristas. Um dos mais sérios incidentes ocorreu em 18 de setembro de 1965, quando cerca de 200 mineiros atacaram a sede da polícia na cidade de Llallagua com dinamites para pegar armas. O exército se deslocou da cidade próxima de Catavi para reprimi-los. Um outro contingente mineiro atacou o próprio quartel. Esse foi um dos mais sangrentos encontros desse período, quando morreram 82 pessoas e 200 ficaram feridas (ANDRADE, 2007, p. 29)

Os números demonstram a brutalidade com que o regime “barrientista” atuava frente aos mineiros. A repressão seguiu e, em 1966, o mineiro Federico Escobar, destacado líder sindical e militante do Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML), morreu em misteriosas circunstâncias. Em julho de 1967, foi assassinado Isaac Camacho, outro importante líder sindical do POR. O governo encontrava-se fortalecido pela campanha “*contra a subversão da guerrilha e o comunismo*”, declarando estado de sítio em todos os acampamentos mineiros.

Na noite de 24 de junho de 1967 ocorreu o “Massacre de São João” um dos maiores da história do movimento operário boliviano. Utilizando o discurso de combate à guerrilha comandada por Che Guevara, que atuava no departamento de Santa Cruz, Barrientos ampliou a repressão sobre os acampamentos mineiros (DUNKERLEY, 2003). A assembleia dos mineiros de Cataví em abril de 1967 decide

[...] reivindicar a restituição de salários e a reincorporação daqueles demitidos a partir de maio de 1965, unir-se à causa dos rebeldes guerrilheiros, contribuindo com alimentos e remédios e, finalmente realizar uma marcha em Oruro, em 8 de junho, e uma assembleia da FSTMB com delegados estudantis e de outros sindicatos em 24 de junho (DUNKERLEY, 2003, p. 188).

Os dirigentes sindicais subestimaram as forças da repressão. Mesmo com o Estado de Sítio mantiveram os preparativos para a assembleia da FSTMB, na noite de 24 de junho. O governo organizou, de maneira cuidadosa, uma dura repressão. Logo se descobriu que, aproximadamente 87 pessoas haviam sido assassinadas, incluindo mulheres e crianças.

Naquele momento, aproximadamente 30 mil pessoas assistiram ao enterro dos mortos, em uma clara demonstração de solidariedade e protesto. Como resposta ao massacre, os mineiros declararam greve geral por tempo indeterminado, que foi acatada pela maioria dos

centros mineiros de forma disciplinada). No enfrentamento aos mineiros, o governo contou com o apoio da maioria dos camponeses que, naquele momento, haviam conformado uma aliança política com os militares, conhecida como o Pacto Militar-Camponês (SOTO, 1994). Assim, os camponeses se converteram,

“[...] no instrumento que o Estado utilizou para aniquilar a classe operária, especialmente aquela que, a partir dos centros mineiros de Cataví e Siglo XX (no departamento de Potosí), estava promovendo sua especificidade ou independência política em relação ao regime do MNR” (SALAZAR DE LA TORRE, 2006, p 162).

A forte repressão do regime “barrientista” provocou a morte e o exílio de muitos dirigentes sindicais. Iniciou-se um período de retrocesso do movimento operário,

A sensação de derrota nas minas não foi engendrada unicamente pela repressão, a destruição de seus sindicatos e o assassinato de seus dirigentes, mas, pelo gigantesco corte de seus salários que veio depois, implementado para pôr em prática as fases do Plano Triangular, que seguia em vigor desde 1963 DUNKERLEY, 2003, p. 162).

A inesperada morte de René Barrientos¹⁸, em abril de 1969, abriu um período de grande instabilidade política. Os militares nacionalistas Ovando Candia¹⁹ e Juan José Torres²⁰ chegaram ao poder através de golpes de Estado, mas não conseguiram reverter a o aprofundamento da crise política.

A Assembleia Popular de 1971 e o golpe contrarrevolucionário de Hugo Banzer

O IV Congresso da COB, de maio de 1970, foi um dos mais importantes e polêmicos na história da organização. Os trabalhadores mineiros assumiram posições política cada vez mais radicalizadas. A Tese Socialista, aprovada no congresso, defendia a “independência de classe frente ao governo de Ovando” e apontava a “estratégia da luta pelo socialismo”:

Nossa posição frente aos processos democráticos dirigidos pela pequena-burguesia não é, outra, senão manter nossa independência de classe, a partir

¹⁸ Segundo Andrade (2011, p. 44), “a morte inesperada do general René Barrientos, em 27 de abril de 1969, num acidente aéreo, abriu um vazio político no regime militar boliviano instalado em 1964, ocupado provisoriamente pelo vice-presidente civil, Siles Salinas. O golpe do general Ovando, em 26 de setembro de 1969, busca retomar as linhas gerais do regime, porém realizando uma discreta abertura que busca em última análise deter e controlar uma retomada das mobilizações sociais sufocadas desde 1964”.

¹⁹ O militar nacionalista Ovando Candia, comandante-em-chefe das Forças Armadas e principal aliado de Barrientos no combate à guerrilha “guevarista”, assumiu a presidência em setembro de 1969.

²⁰ O militar nacionalista Juan José Torres assumiu a presidência da Bolívia em 07 de outubro de 1970 após um levantamento popular que derrotou a tentativa de golpe de Estado contra o Governo de Ovando. No primeiro momento, Torres recebeu o apoio e o respaldo da Central Operária Boliviana.

do momento em que ditos processos não resolvem o problema nacional e menos ainda as contradições de nossa sociedade. A tática da classe operária é articulá-los à estratégia final do socialismo. Nosso objetivo é o socialismo e nosso método para alcançar tal finalidade histórica é a revolução social que nos permitirá transformar o processo nacionalista em socialista (IV CONGRESO NACIONAL DE LA COB, 1970 *apud* ZAVALETA, 2011, p.777-778).

Estas posições tornaram-se majoritárias sobretudo pela crescente influência dos militantes trotskistas do POR no interior do sindicatos. A influência das ideias trotskistas na elaboração da Tese Socialista nota-se claramente no segundo capítulo:

A experiência de 1952-1964 nos ensina que uma revolução, para ser vitoriosa, não deve ser interrompida, mas continuar até o fim, e que o problema decisivo é a questão de saber qual classe controla o poder. Não basta a ação insurgente das massas, mas definir quem assume a direção dessa insurgência (COB, 1970).

A crise política e ideológica do “Nacionalismo Revolucionário” permitiu o fortalecimento do “sindicalismo revolucionário”, cuja máxima expressão foi a rápida e intensa experiência da Assembleia Popular²¹ em 1971, durante o governo do militar nacionalista, Juan José Torres. As comemorações do 1º de maio de 1971 deram um novo impulso à conformação da Assembleia Popular. Na cidade de La Paz, as mobilizações alcançaram 50.000 pessoas que desfilaram à margem do cortejo oficial.

O máximo dirigente da COB, Juan Lechín Oquendo, anunciou a abertura da primeira seção da Assembleia Popular para o dia 22 de junho. Nela, participaram 222 delegados advindos das organizações operárias, camponesas e populares. Os mineiros tiveram um papel central na conformação da Assembleia Popular e nas medidas tomadas por esse organismo, que muitos consideraram um embrião de poder dual – inclusive superior ao poder dual estabelecido pelos operários na Revolução de 1952, por seu caráter ideologicamente proletário (ZAVALETA, 1987). Segundo Cajías de la Vega (1995, p.30),

A Assembleia Popular de 1971, apesar de todas as suas limitações, foi o ponto máximo de um processo de acumulação histórica que colocou o movimento mineiro, e junto a ele a esquerda boliviana e amplos setores da população, ante à possibilidade de tomar o poder e transformar as estruturas.

Os delegados da FSTMB, na sessão de abertura da Assembleia Popular, propuseram uma resolução em que exigia do governo Torres “*a coparticipação operária majoritária em todas as escalas da produção e do aparato administrativo das minas estatizadas*” (THOMAS,

²¹ Para um conhecimento mais profundo dessa experiência ver o livro de Everaldo Oliveira Andrade: “Bolivia: Democracia e Revolução. A comuna de La Paz de 1971”.

2003, p.7). Esta proposta contrariava o governo do general Torres, que defendia a “*coparticipação operária paritária no seio da Y.P.F.B (Empresa Estatal de Petróleo Boliviana) e da COMIBOL*” (THOMAS, 2003, p. 7). O governo de Torres se encontrava comprimido, por um lado, a radicalização dos mineiros, por outro, os militares, a extrema direita e as elites econômicas do departamento de Santa Cruz. Amplos setores da classe trabalhadora já não respondiam aos chamados do governo, mas ao comando da Assembleia Popular, que “*dispunha de uma indubitável autoridade sobre as massas, pelo menos ante seus setores estrategicamente mais importantes. Inclusive os setores atrasados lutavam para estar presentes nela e não a rejeitavam*” (ZAVALETA, 1987, p. 121).

A proposta de coparticipação majoritária nas empresas estatais nunca pôde ser implementada, uma vez que a vitória do golpe militar de 21 de agosto de 1971, não permitiu, “*quando a degradação interna de Torres, que era inevitável, devolveu certa unidade mínima ao exército, este liquidou aos dois, a Torres e a Assembleia, com um só ataque surpresa, em 21 de agosto*” (ZAVALETA, 1987, p. 129).

Apesar do seu “espírito estatal”, a Assembleia Popular apresentava uma grande debilidade que seria a base para sua derrota, o atraso em agitar a questão do armamento dos trabalhadores. A possibilidade de que a experiência da Assembleia Popular se estendesse por todo o país, transformando-se de fato em um poder dual, foi a razão de fundo para que a extrema direita promovesse o golpe de Estado.

O trágico fim desta experiência “*foi uma derrota significativa das bases fundamentais do sindicalismo revolucionário que, por sua vez, representava o ponto mais alto da acumulação histórica do movimento mineiro*” (CAJIAS DE LA VEJA, 2000, p. 31). A Assembleia Popular foi a mais importante experiência de independência de classe e autonomia operária que surgiu no curso das lutas sociais na Bolívia, e talvez a mais importante na história da classe operária latino-americana.

Referências

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A revolução boliviana**. São Paulo: UNESP, 2007. p. 29.

ANTESANA, Luis H. **Sistema y procesos ideológicos en Bolivia (1935-1979)**. Mexico: Siglo XXI, 1983.

BOLIVIA. Decreto Lei, 02 de junho de 1936. **Atribuciones Ministeriales: Se fija concretamente las que corresponden a Trabajo y Previsión Social**. Disponível em: <http://www.derechoteca.com/gacetabolivia/decreto-supremo-02-06-1936-3-del-02-junio-1936/>. Acesso em 20 de março de 2022.

CAJÍAS DE LA VEGA, M. **El poder de la memoria: la mina de Huanuni en la historia del movimiento minero y la minería del estaño (1900-2010)**. 1 ed. La Paz: Plural; DIPGIS; IEB, 2013.

CAJÍAS DE LA VEGA, Magdalena. **Sobre los pasos de la vida y la agonía de la COB. Opiniones y análisis**. La Paz, n. 52, nov. pp.11-36. 2000b, p.31. Disponível em: <http://www.hss.de/fileadmin/americalatina/Bolivia/downloads/52_EL_SINDICALISMO_EN_BOLIVIA_PRESENTE_Y_FUTURO.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAJÍAS DE LA VEGA, Magdalena. **Los mineros en la historia contemporánea de Bolivia (1900-1990)**. Estudios Bolivianos, La Paz, n. 1, pp.193-214, 1995.

DUNKERLEY, James. **Rebelión em las venas: la lucha política en Bolivia 1952-1982**. La Paz: Plural, 2003.

FSTMB. **Tesis de Pulacayo: Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia**. In: CONGRESO NACIONAL MINERO, 1946. In: LORA, Guillermo (org.). **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz-Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1970. Disponível em: <<https://pensamientolatinoamericanounmdp.files.wordpress.com/2013/10/tesis-de-pulacayo.pdf>>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

GALLEGO, Marisa; EGGERS-BRASS, Teresa; LOZANO, Fernanda Gil. **Historia latinoamericana (1700-2005): sociedades, culturas, procesos políticos y económicos**. 1 ed. Ituzaingó: Maipu, 2006. P. 291-293, grifo nosso).

JUSTO, Libório. **Bolivia, la revolución derrotada: del Tahuantisuyu a la inserción de abril de 1952 y las masacres de mayo y setiembre de 1965: raíz, proceso y autopsia de la primera revolución proletaria em América Latina**. 3 ed. Buenos Aires: RyR, 2007.

LAVAUD, Jean Pierre. **El embrollo boliviano: turbulencias sociales y desplazamientos políticos (1952-1982)**. La Paz: IFEA; CESU; Hisbol, 1998.

LAZARTE, Jorge. **Movimiento obrero y procesos políticos en Bolivia: historia de la COB (1952-1987)**. La Paz: ILDIS, 1989.

LLOBET TABOLARA, Cayetano. Apuntes para la historia del movimiento obrero en Bolivia. In: GONZÁLES CASANOVA, P. (Org). **Historia del movimiento obrero en America Latina**. Mexico, Siglo XXI, p. 307-358,1984.

LORA, G. **La clase obrera después de 1952**. In: ZAVALETA MERCADO, René (Org.). **Bolivia Hoy**. México: Siglo XXI, 1983.

LORA, G. **Historia del movimiento obrero boliviano (1933-1952)**. 4 vol. La Paz-Cochabamba: Amigos del Libro, 1980.

OSTRIA, G.R. **Los mineros de Bolivia en una perspectiva histórica**. Convergencia Revista de Ciencias Sociales, La Paz, n. 24, p. 271-298, 2001. Disponível em: <<http://convergencia.uaemex.mx/rev24/rodriguez.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

OSTRIA, G.R. **Capitalismo, modernización e resistencia popular, 1825-1952**. 1 ed. La Paz: CIS, 2014.

SAGRA, Alicia. **Bolivia: 50 anos à beira da tomada do poder**. Marxismo Vivo, São Paulo, n. 8, 2004.

SALAZAR DE LA TORRE, Cecilia. La revolución política en Bolivia: apuntes para una interpretación crítica. Umbralés CIDES-UMSA Online, La Paz, n. 14, 2006. p. 162. Disponível em: <<http://www.cides.edu.bo/webcides/images/pdf/Umbralés14.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOTO, Cesar. **Historia del pacto militar-campesino**. Cochabamba: CERES, 1994. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/bolivia/ceres/soto.rtf>>. Acesso em 2 mar. de 2022.

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: Muela del Diablo, 2002.

WHITEHEAD, L. **Sobre el radicalismo de los trabajadores mineros de Bolivia**. Revista Mexicana de Sociología Online, v. 42, n. 4, out.-dez. p. 1465-1496. 1980. p. 1474. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3539961>>. Acesso em: 15 mar 2022.

THOMAS, Jean Baptiste. **Luchas sociales y Asamblea Popular em Bolivia**. Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones Leon Trotsky Online, dez. 2003. Seção Boletines y Cuadernos. Subseção Boletín n. 5: Bolivia, apuntes históricos. 2003. Disponível em: <<http://www.ceipleontrotsky.org/Luchas-sociales-y-Asamblea-Popular-en-Bolivia>>. Acesso em 28 mar. 2022.

ZAVALETA, René. **El poder dual**. La Paz: Los Amigos del Libro, 1987.

ZAVALETA, Rene. **Consideraciones generales sobre la historia de Bolivia (1932-1971), en América Latina: historia de medio siglo, Siglo XXI, México, 1986**.

ZAVALETA, René. **Clases sociales y conocimiento**. La Paz: Los Amigos del Libro, 1988.